

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ARGENTINA

Ana Maria Silva Carmo¹
Florentina da Silva Souza²

Discutir afrodescendência na Argentina é desalinhar tessituras minuciosamente alicerçadas nos acervos de tradições do país. Sempre existem histórias que revelam outros vestígios, apontam outras subjetividades distintas da unidade proposta pela narrativa oficial. A homogeneidade argentina é rasurada, o mosaico de identidades, outrora silenciado, é visibilizado. A partir de apreciação mais crítica de arquivos documentais, como por exemplo, periódicos do século XIX, a literatura desse mesmo período, das bibliotecas, dos museus, outros personagens são apresentados nos limiares dos discursos que compõem a memória.

Segundo Geler (2010), Lewis (2010) e Solamianski (2003), a população afro-argentina, desde o século XIX, possuía um senso de coletividade, assenhorando-se de sua identidade negra e resistindo às intervenções do governo de anular seus discursos e, de forma gradativa, até mesmo o sujeito negro. Havia intelectuais negros, como por exemplo, Elejalde, Mendizábal, Thompson, autores afro-argentinos que alcançaram destaque no século XIX, apropriavam-se das armas do dominador e as utilizavam para descrever a situação de marginalização e exclusão vivenciada pela população afro, destacando também em seus textos, os costumes, de modo a valorizar suas próprias tradições negras.

As identidades negras estão presentes na escrita dos jornalistas e escritores afro-argentinos. Diferente do que alguns postulam, houve, desde o século XIX, a construção de um projeto político afro, ou seja, a elaboração de discursos marcados etnicamente, escritos de rasura e contestação que indicavam formas de inserção no imaginário nacional:

el periodismo afroargentino tuvo un papel decisivo en el intento de crear un discurso afroargentino, es decir, un tratamiento bien formulado y

¹Mestre em Literatura e Cultura pela UFBA.

²Doutora pela UFMG. Professora titular de Literatura Brasileira na Universidade Federal da Bahia.



sistemático de temas como el color de la piel y la clase social. Se articuló tempranamente sobre la base de tres de las inquietudes principales del discurso pos colonial, a saber, la prensa intentó recurrir a ciertas maneras de pensar el lenguaje, la verdad, el poder y las interrelaciones entre estos tres elementos. (LEWIS, 2010, p.55)

Os jornalistas produziam seus próprios discursos, questionando as formas de interação social, propondo a inserção de outra identidade nacional, a afro-argentina. A identificação do indivíduo é elaborada a partir de classificações e as mesmas seguem uma noção hierárquica. A imagem nacional é alicerçada seguindo essa categorização. Ao tentar reelaborar o imaginário construído sobre as populações negras argentinas, os intelectuais afro-argentinos desestruturavam as malhas de poder e reconfiguravam o cenário de representação argentino.

Desde a colonização das Américas, a diferença foi erigida como elemento de construção identitária, o sistema operando com as nomenclaturas “nós” e os “outros”, sendo esses últimos todos aqueles que não se encaixavam nos moldes europeus, e o “nós”, aqueles que detinham o poder de definir e rotular. A identificação dos indivíduos sempre foi simbólica, mas exercia um imenso poder entre aqueles que pertenciam às classes sociais, suas práticas eram reguladas pelos vigilantes hegemônicos, era um pacto silencioso, porém todos, ou quase todos, obedeciam às normas preestabelecidas.

Negro, categoria utilizada para identificar os africanos e afrodescendentes era, por si só, restrita e enganadora, pois existiam distintas comunidades africanas e, mesmo nos continentes da diáspora, as identidades eram múltiplas; signo criado em contraponto com o branco, como se apenas essas nomenclaturas fossem o suficiente para distinguir os sujeitos. E partir dessas distinções, as representações sociais foram forjadas, o negro fora eleito para servir e o branco mandar, como se isso fosse instituído bíblicamente e, para muitos, o eram.

Muitos historiadores como Lanuza (1967) e Molas (1939), postulavam essa tese, os negros não tinham alma, nem intelectualidade, poderia facialmente ser moldados e transformados em escravos. As identidades foram instituídas no sistema de representação e permearam as relações de poder, os cidadãos eram visibilizados de acordo com as identidades dadas na época da escravização. Esses conceitos perduram até os dias atuais, principalmente os que se referem à população negra.

A identificação estabelece a convivência social. De certa forma, é o que define o indivíduo, indica seu local de fala, legitima os discursos. Quando se discute e afirma-se que no século XIX existia uma identidade coletiva afro-argentina, parte-se da noção de identidade proposta por Hall (2003), que seria a desconstrução da ideia de identidade una e homogênea, sem considerar os contextos sociais e históricos. Percebe-se a identidade como significante mutante que se adequa às mais variadas sociedades e situações.

Não se deve esquecer que a diáspora negra na Argentina condensou várias nações em um país. Povos definidos como negros e afrodescendentes, porém, em seus países, tinham culturas próprias e se viam a partir de outra perspectiva. Eles eram diferentes, não vistos como “um só”, conforme aconteceu depois da colonização; não se pode categorizar a identidade como algo fixo, deve-se partir do pressuposto que existiam várias religiões, línguas e costumes que permeavam as comunidades afro-argentinas.

Apesar dessa perspectiva de que não existia uma identidade una, havia um senso de coletividade negra na Argentina no século XIX. Os afro-argentinos não tinham seus direitos assistidos e eram marginalizados pelos cidadãos legitimados na nação argentina. Eles tinham um passado sócio-histórico em comum, famílias destroçadas pela escravização e violência. Então, há uma necessidade de forjar uma identificação coletiva negra, criar comunidades de representação para lutarem por seus direitos e exigirem sua cidadania. Não é a intenção desse trabalho buscar uma ideia de identidade original ou autenticamente negra, mas uma identidade que os inclua no sistema de representação nacional, marcas culturais que os identifique perante as esferas de poder. Para isso, importa não mais percebê-los sujeitos passivos que observam apaticamente a elaboração da história, mas sujeitos que rasuram os estereótipos e reelaboram os cenários locais e nacionais. Identidades que podem e são múltiplas, no entanto, lutam por um bem comum e estão eternamente ligadas a sua história. Os termos negritude, afrodescendência e afro-argentinidade, nesse artigo, são usados como sinônimos de resistência, de um senso de coletividade e como uma identificação de descendentes de africanos visando desestabilizar as bases de poder.

A identidade opera sob o signo diferença, as duas estão intrinsecamente ligadas, a primeira não existe sem a segunda. A identidade nacional elegeu um modelo e quem não se adequava não era visto como normal. As igualdades eram normatizadas e as divergências instituídas como anomalias. Importante salientar que as “semelhanças” também eram fabricadas, o estilo de roupa adequado, as leituras, as percepções sociais e a forma de se expressar:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de uma criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzida. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2011, p. 76)

As normas são reiteradas constantemente, as identidades são alicerçadas a partir da diferença, ser negro é diferente de ser branco, de ser mulher, de ser homem. Há divergências, evidentemente, mas elas são potencializadas e os sistemas de interação social são construídos hierarquizando as relações de diferença. O homem branco é instituído como detentor de poder enquanto o negro e a mulher são diversas vezes denominados como objetos nos sistemas de representação na sociedade argentina e em diversos países da América Latina. E, conseqüentemente, no regulamento social, as classificações não são naturais, são naturalizadas. O ser humano não nasce com o preconceito ou com o sentimento de nacionalismo que o diferencia de outros sujeitos, ele é construído no ambiente social, na escola, no seio familiar e reiterado constantemente pelas instituições vigentes.

A identidade e a diferença são elementos de manutenção de poder, por essa razão, há necessidade de demarcar fronteiras invisíveis entre os sujeitos, elementos que os identificam e os repelem, os símbolos nacionais.

A identidade colonial permeava os sonhos/pesadelos dos atores sociais, sejam eles negros ou brancos, os primeiros para rechaçar essa imagem de estereótipias, o segundo para reforçar o ideal de superioridade. Como se desvincular de uma construção tão fortemente enraizada? Fanon (2008) discute a questão do negro e sua psique apontando as anomalias sociais e as próprias identificações elaboradas a partir do olhar castrador. Alguns negros rejeitavam sua imagem, pois o espelho não refletia a imagem que lhe era constantemente mostrada e marcada como positiva. As análises sociais não estudam os diversos mosaicos identitários, os percursos históricos, as diferenças, veem a história como ordem linear, vendo a violência, o ódio e a traição como exteriores ao processo histórico. No entanto, o negro sofreu todos esses

processos durante a sua constituição enquanto sujeito histórico e as marcas não poderiam ser apagadas facilmente.

Os olhares construídos sobre a identidade negra são sempre estereotipados, uma identidade pré-fixada, o outro visto como anomalia, o diferente é negativo. No jogo das relações sociais, o diferente é sempre combatido, repellido. A ambivalência do olhar, o sujeito que é visto, porém não olhado, não percebido. O negro apenas limitado ao corpo, não se observa outras performances, outros significados, a religião e dança como fontes de força e expressão identitária.

A identidade afro-argentina emerge a partir dessas divergências, olhares marcados, relação de desconfiança entre os próprios negros, permeada de significações e rejeições. Não é uma identidade essencializada, muito pelo contrário, como foi dito anteriormente, os sujeitos são múltiplos e suas formas de constituição acompanham essas diversidades. Existiram intelectuais afro-argentinos que buscavam inserção na sociedade buscando igualar-se aos brancos, rejeitando seus costumes e proclamando para a população negra que o caminho para a aceitação era a anulação. Já outros acreditavam que deveriam assemelhar-se aos seus ancestrais africanos, buscando uma ideia de “origem” e reafirmavam seus traços culturais com cultos e danças definidas como negras e, dessa forma, rejeitadas por alguns das próprias comunidades.

A identificação entre os pares também era conflituosa, mas pode-se perceber, em todas as instituições negras, a intenção de reelaborar uma identidade negra que mostre para a nação argentina a intelectualidade do afro perante a diversidade, sua força. Ressaltando suas contribuições e exigindo a sua inclusão nos cenários sociais, sem delimitações, ou deformações, o negro é normalizado no processo de edificação dos sujeitos nacionais:

O acesso ao poder político e o crescimento da causa do multiculturalismo vêm da colocação de solidariedade e comunidade em uma perspectiva intersticial. As diferenças sociais não são simplesmente dadas à experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão em construção – que leva alguém para “além” de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente. (BHABHA, 2007, p. 21- 22)

As divergências e os problemas pessoais de identificação cultural são colocados em segundo plano em prol de um bem maior: uma comunidade imaginada negra na Argentina. Não podemos esquecer que sua construção tem como base a comunidade considerada hegemônica – a nacional. Os afrodescendentes se uniram para produzir contradiscursos que rasurassem a comunidade idealizada argentina. Houve vários grupos afro-argentinos que nem sempre comungavam dos mesmos preceitos, mas apresentavam como principal objetivo visibilizar os sujeitos marginalizados historicamente, bem como suas narrativas e histórias negras.

Há vários outros relatos sobre as identidades nacionais, alguns sujeitos requerem um empoderamento a partir da revisão das raízes históricas. O passado sócio-histórico é revisitado tencionando reformular as identidades individuais. Não apenas realizando a revisão de valores, mas também o desmantelamento de hierarquias, apontando as fragilidades das tessituras do acervo memorialístico, pleiteando um lugar nas esferas de representação e poder.

A negociação é imprescindível para inserir outros discursos no *corpus* nacional. Os negros construíram um amplo acervo sobre si mesmo: jornais publicados no século XIX, diversos textos literários produzidos pelos afro-argentinos, materiais sobre comunidades negras no país desde o século XIX. O silêncio sobre esses dados foi – e ainda é –, em alguns espaços, sepulcral. As instituições forjaram bases “autênticas” de identificação e referenciais para os cidadãos e qualquer exposição que apresente o contrário é repelida. Então, autores que mostrem outras versões sobre as histórias basilares devem propor estratégias para inserir outros discursos nos alicerces sociais, propondo amplos debates e exposições, introduzindo discussões em sala de aula, reinterpretando antigas tradições:

Esse novo relato só parece ser possível de ser narrado, a partir de uma negociação. Uma negociação que, ao mesmo tempo, implica leitura, releitura, ou a análise da nação e do nacional, tanto por parte do setor acadêmico como dos intelectuais, ou ativistas vinculados aos sujeitos sociais tradicionais, assim como aos novos sujeitos. Implica, ao mesmo tempo, uma batalha pelo discurso e pela representação. Implica, de fato, uma batalha por ocupar a posição do que tem/possui a história, do que se sabe e do que escolhe. Esse sujeito que sabe – ou se apresenta como sabendo – age construindo um relato; implica uma batalha e implica um desafio de transformar uma batalha em

debate, debate em negociação, negociação em conversação. Implica o desafio de transformar a imposição autoritária resultante de toda a batalha, na conversação própria de toda negociação. (ACHUGAR, 2006, p.162-163).

Segundo Nora (1993), a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. Alguns intelectuais afro-argentinos, ao resgatarem suas narrativas, tornam-se historiadores não só de suas próprias histórias, mas de uma geração, de um povo, de uma nação, as diversas Nações³ que conviviam em solo argentino.

A população negra da Argentina vivia à mercê de doenças sem direito à assistência médica, não podiam frequentar as escolas de brancos e, se eram assassinados, não eram produzidos inquéritos. Eles viviam como se fossem invisíveis, sem serem contemplados com políticas de inclusão. Que espécie de liberdade é essa que tolhe os espaços de atuação e circulação dos afrodescendentes?

A obra *Fiebre Negra* (2008) desvela diversos ângulos das comunidades afro-argentinas, mostra suas insurgências, mas também seus problemas. Apesar das vitórias, é preciso um senso crítico, pois a luta dos sujeitos afro-argentinos do século XIX era muito árdua. O autor, Rosenzvit (2008), problematiza que, mesmo os negros libertos, eram subjugados e alguns externavam suas tensões e conflitos no próprio ambiente familiar. Como comemorar as libertações, se muitos negros sofriam segregação em uma estrutura social pautada em concepções coloniais? Como pensar em uma liberdade mais ampla, quando o livre acesso às questões básicas como educação, saúde e segurança ainda estava sendo negadas?

Rosenzvit, em sua obra *Fiebre Negra* (2008), narra a dialética da representação da liberdade/marginalidade vivenciada pelos afro-argentinos do século XIX:

Joaquín, Renzo y Orlando caminaban a la par.
Con el argumento de que les echarían en cara la
petición, y que tendría que pagar muy caro por la

³ O termo nações está sendo utilizado para referir-se às comunidades negras que se autointitulavam como Nação. Trata-se de uma referência às tradições africanas. No decorrer do artigo, quando o termo for grifado com letra maiúscula estará se referindo às comunidades.



liberdade de uma cantora, Orlando havia sido uno de los pocos que se había negado a firma.

[...]

– Queras decir despierto – se defendió Orlando –. Yo no me dejo enganar. Esto es libertad para tener todo prohibido.

– Bien dicho – Sonó una voz. Los seis se dieron vuelta. Era una señora negra y gorda, que llevaba de la mano a una niña de piel negra y rizos dorados que le caían em la frente –. Disculpen que me meta, pero usted son muy jóvenes y se creen todo esse cuento de la libertad...

– No es cuento...

– No es cuento para Marcela – la señora no se dejó interrumpir por Renzo – , y me alegre por ella, pero al que vuelve de la guerra em muñones,¿Para qué quiere la libertad?

– Señora, yo vi morir a mi hermano em combate, sé de lo que habla, pero igual le digo que...

– Mire, jovencito – la señora alzó los brazos a la niña – , la dignidad, bienvenida sea, pero que nos suelten em la calle con la exclusa de la esamblea del vientre o de la ley no sé cuánto, eso no. Ahí lo tiene a mi hijo mayor, se ganó la libertad corriendo índios,¿para qué? Se lo pasa em esos ranchos inmundos, tomando y apostando, y ler roba a su propia madre. (ROSENZVIT, 2008, p.85-84)

A discussão encenada pelos personagens expõe um dos questionamentos apresentados pelos intelectuais do século XIX. O discurso político da personagem revela a problemática enfrentada pelos negros libertos: a negação da cidadania. Os soldados negros, os inúmeros que participavam das guerras existentes nesse período, adquiriam a liberdade dos grilhões reais da escravização, pois muitos deixavam de ser escravos ao retornarem das guerras. Contudo, quando voltavam das batalhas deparavam-se com novos grilhões.

Esses grilhões invisíveis, ao invés do corpo, travavam o avanço social do negro, operavam com estratégias de esquecimento e invisibilização. Os negros eram livres, portanto não eram mais preocupação do estado escravocrata. Antes objetos, os sujeitos eram ignorados enquanto corpo com vozes e desejos, só serviam para lutar por uma pátria que não os via como parte do corpo nacional, apenas “carne de cañon”.

A personagem, a senhora desconhecida, descreve a dor de uma pessoa comum que sofria diretamente com as sanções do governo. Os “filhos rejeitados da pátria” abandonados por seus “pais” adentravam para o mundo da marginalidade, sem oportunidade de socialização. Ainda assim, havia aqueles que não se deixavam subjugar e lutavam por equiparação de direitos e divisão de bens materiais e poderes, divisão justa de direitos e deveres, porque, aos negros, só eram destinados deveres.

Segundo o romance *Fiebre Negra* (2008) e pesquisas históricas apresentadas por Andrews (1989), Geler (2010) e Lewis (2010), a guerra era uma realidade para todos os afrodescendentes homens do país no século XIX. Livre ou escravo, eram convocados para lutarem em prol da Argentina. Os afro-argentinos tinham o dever de defender a nação. Dever cumprido, filhos rejeitados.

A sua cidadania se restringia à luta armada, as propostas de “inserção” distinguiam-se entre prêmio em dinheiro e, no caso dos cativos, a liberdade. Alguns trilhavam caminhos diferentes como o da personagem Marcela e do próprio personagem principal Joaquín – afro-argentino convocado em duas guerras e que, no entanto, não sucumbira à marginalidade, muito pelo contrário, lutara de outra forma pela visibilização da população negra da Argentina, diferente dos muitos que pereciam esquecidos nas vielas argentinas.

As comunidades negras representam um dado importante sobre a elaboração da imagem do afro-argentino no século XIX. As organizações de solidariedade fomentavam debates nas sociedades argentinas, angariavam fundos para os afrodescendentes pertencentes às comunidades. Sendo assim, podem ser vistas como instâncias micros de poder, rasurando a macroestrutura social da Argentina.

O mecanismo de resistência utilizado para manter suas tradições e criarem estratagemas para minar as bases de poder foi a elaboração de suas próprias regras, seus próprios estatutos que uniam e regulamentavam as interações:

Los objetivos de estas sociedades eran autenticamente nobles y tenían las siguientes seis obligaciones básicas:

1. Libertar con sus fondos á los que hagan dignos de esta gracia por su moral é indústria.
2. Cuidar de la educacion moral e industrial de todos los jóvenes incorporados la sociedad.



3. Ausiliar la indústria de los sócios, dándoles instrumentos para sus trabajos respectivos, reintegrando su importe segun se estipule.

4. Cuidar que cada socio observe una conducta moral y producta.

5. Hacer una vez en el año, sufragios por las almas de los difuntos.

6. Los fondos de las sociedades se componen de los productos anuales de las fincas y de una contribucion mensual de los sócios libres.” (LEWIS, 2010, p.49)

As leis servem para balizar as relações de convivência entre os sujeitos negros, as regras foram elaboradas para tentar unificar os sistemas. Eram distintas organizações de solidariedade, pois eram várias identidades oriundas de diversos lugares do continente africano. Nem todas as relações eram harmoniosas, porque a disputa pelo poder central era constante, mas todas preconizam o mesmo ideal, libertar os afrodescendentes do jugo do colonizar e criar estratégias de intervenção nos sistemas de representação.

A primeira missão era alforriar os negros e, posteriormente, inseri-los no campo de relações sociais, intenção oposta à do governo que previa libertação, no caso de soldados que voltassem das guerras. Contudo, não apresentava propostas para modificação das relações de poder e hierarquias pautadas em concepções de subalternidades e núcleos de poder nas mãos da burguesia branca. As comunidades promoviam outras políticas de convívio, destacando a importância da assunção de outra identidade nacional, essa com raízes negras. É importante ressaltar que assumir uma identificação coletiva negra, no século XIX, era uma marca profunda de resistência da população, em uma época de extrema hostilidade e tensão entre as representações de cidadania.

As comunidades de solidariedade eram importantes para solidificar outra imagem para os negros na Argentina, uma ponte para a autoidentificação positiva, ampliando seus campos de saberes e atuação. Como citado anteriormente, elas tinham regras que mostravam os seus pilares, a libertação do corpo e da mente. As instituições de poder vigentes exploravam a imagem de negro como objeto e sem poder de enunciação, demarcavam seu lugar perante o sistema local, a argentinidad era para poucos e, por isso, os negros eram vistos como estrangeiros.

Operar sob os signos afro e argentino em uma terra que excluía qualquer relação de pertencimento com raízes africanas é manobrar um sistema

complexo de redes de conexão estabelecendo novas fronteiras, não só territoriais, mas imaginando uma ligação que está além mar. Como marcar essa duplicidade identitária? Como imaginar as nações africanas na Argentina? Ultrapassar e ao mesmo tempo manter as fronteiras?

Esta é questão central, não apenas para seus povos, mas para as artes e culturas que produzem, onde um certo “sujeito imaginado” está sempre em jogo. Onde começam e onde terminam suas fronteiras, quando regionalmente cada uma é cultural e historicamente tão próxima de seus vizinhos e tantos vivem a milhares de quilômetros de “casa”? Como imaginar sua relação com a terra de origem, a natureza de seu “pertencimento”? (HALL, 2003, p.26)

Hall (2003) tece considerações sobre o contexto caribenho, mas pode-se ampliar para a sociedade argentina do século XIX. Como identificar o limiar entre a cultura africana e a cultura argentina? Os sujeitos afro-argentinos forjavam sua relação de pertencimento com a pátria a partir dos pressupostos de reconhecimento das tradições africanas e a construção de uma identidade argentina. Recriavam suas identificações africanas, como por exemplo, nomeando as Nações com nomes relacionados ao continente africano, ressaltando em poemas a África como sua terra de origem e, ao mesmo tempo, reforçando os laços com o país de seu nascimento, a Argentina; ressaltando as contribuições de seus ancestrais nas manifestações culturais do país e reiterando a necessidade de inserir os sujeitos negros nas imagens da nação.

Quando se citam as culturas afro-argentinas, reflete-se justamente a partir desses processos de modificações e considerando as diversas manifestações culturais dos diversos povos africanos retirados da África. Compreende-se a razão de criação de várias comunidades e as tensões existentes entre as mesmas. Tinham um tronco maior, não se constituíram de forma unilateral, eles possuíam tradições de grupos étnicos diferentes, porém as identidades dos sujeitos interferiam nas interpretações das relações sociais e nas defesas de outras formas de expressão e visões de mundo. Essas concepções podem ser analisadas a partir do *ethos* produzido pelos jornalistas afro-argentinos. Eles tencionavam exercer a dupla inscrição identitária, pleiteando o direito de serem afrodescendentes e argentinos, lembrando o sangue de seus irmãos, derramado em prol da independência daquela nação.

Solomianski (2003) expõe conjecturas sobre as identidades negras na Argentina em sua obra *Identities secretas: la negritud argentina* e, como o

nome do livro já aponta, os silenciamentos em torno da assunção identitária negra. Há pontos que não se encaixam na história oficial e as releituras identitárias mostram as tessituras olvidadas. Identidades secretas porque, há muito tempo, as narrativas sobre o corpo e a memória negra eram ocultadas do legado do país.

Fiebre Negra (2008) problematiza o ocultamento dessas identidades negras, exibindo outra história pertencente também ao acervo cultural da Argentina. Uma das personagens principais, a antropóloga Diana, segue os rastros dessa outra história e desvenda os mistérios da cultura relegada, escritos negros e até a presença de negros no país na contemporaneidade. A personagem se surpreende com os dados de sua pesquisa. Em seu universo limitado de representações, não havia negros no país e pouco se conhecia sobre seu passado, eles eram apenas escravos, incultos. Por essa razão, a surpresa por encontrar na casa de seus antepassados, escritos produzidos por afro-argentinos. Em sua concepção, construída a partir das bases institucionais argentinas, os afro-argentinos teriam desaparecido sem terem deixado maiores contribuições ao país; além de seus próprios corpos, para edificação da nação. Mesmo que esses não fossem lembrados, estavam presentes em uma parte da memória social.

Contemporaneamente, a identidade afro-argentina é defendida pela organização *Africa Vive*⁴, uma nova comunidade de solidariedade, despertando a importância da união, a consciência de uma identidade negra que deve ser resgatada e lembrada para que a ideia de desaparecimento seja questionada em suas bases pelos próprios sujeitos negros.

No fim do século XX, na década de noventa, a cortina de invisibilização do afro-argentino começa a ser rompida com a criação dessa organização por um grupo de militantes negros que almejava para si a denominação de afro e exigia a reconfiguração do imaginário construído sobre a identidade do país, pela quebra da tese de que não havia mais negros argentinos. Essa ONG tencionava romper os limites dos discursos impostos à população afro-argentina e ampliar os direitos e atuação desses atores sociais. A fundadora foi María Magdala Lamadrid (mais conhecida como Pocha), descendente de negros escravos argentinos, com cinco gerações de ancestrais no país. Nesse grupo, não há apenas afro-argentinos, mas afrodescendentes de outros países, como Uruguai, Chile e Brasil.

⁴Disponível

<http://www.nacionmulticultural.unam.mx/reconocimientopueblosnegros/docs/123.pdf>

em:

Há também uma associação denominada *Misibamba*⁵, organizada pelo antropólogo Noberto Cirio, fundada em 2009. Essa associação se define como comunidade afro-argentina de Buenos Aires. Eles têm um blog que disponibiliza artigos e apresentações do grupo para celebrarem a afro-argentinidade, como por exemplo, bailes, seminários e palestras. Outro grupo é *Córdoba ruta del escravo*, também fundado em 2009 por inúmeros colaboradores, dentre eles, Alejandro Ludueña (Grupo afrodescendente de Córdoba), Marcela Fernández (Patrimônio cultural e museus – Secretaria de Cultura da Província de Córdoba), muitos diretamente ligados ao acervo memorialístico nacional. Eles têm um *site* com materiais diversos sobre o tema, textos escritos, audiovisuais e divulgação de eventos que abordam o tema.

Posteriormente à criação do *Africa Vive*, era necessário buscar reconhecimento frente às instituições de poder e os representantes das comunidades internacionais, inicialmente buscou-se ampliar as bases de apoio local e tornar visíveis as discussões propostas pelo grupo. Seminários, palestras e bailes foram produzidos, os últimos tendo mais adeptos do que os dois primeiros, mostrando o quão difícil seria a luta. As festas eram frequentadas, mas, no que tange aos espaços que significam luta e desarticulação da ordem, ainda faltava apoio da população afro-argentina. No entanto, várias vitórias foram conquistadas, já havia negros que se identificam como afro-argentinos e o movimento ganhava cada vez mais notoriedade no país.

O trabalho de Pocha, na década de noventa, era cada vez mais divulgado nas redes nacionais e internacionais. Era impossível ignorar a população negra existente no país e não mais se sustentava a tese de que os negros eram apenas estrangeiros que construíam morada no país:

Seu trabalho começa a atrair alguma atenção em Buenos Aires, em 1999, depois de sua participação em um Seminário sobre “Os Povos Originários, Afro-Argentinos e Novos imigrantes”. A inclusão dos afro-argentinos entre outras minorias com maior visibilidade social (“povos originários”, “novos imigrantes” incita o interesse de alguns políticos locais e lhe permite o acesso aos escritórios da Defensoria do Povo da Cidade de Buenos Aires, cuja Defensora Adjunta se transforma, durante um tempo, em sua principal aliada. Através do seminário, ganha também certa visibilidade na mídia, especialmente no diário Clarín,

⁵ O endereço eletrônico para acessar o site é:
<https://rutadelesclavocba.wordpress.com/?ref=spelling>

provavelmente o de maior circulação no país, que lhe dedica três importantes notas nos anos subsequentes – incluída uma de capa. Sua aparição na mídia é particularmente relevante, porque outorga algo de visibilidade aos afro-argentinos, desaparecidos de diários e revistas desde 1971 – ano em que a revista dominical do mesmo diário publica uma nota sobre a comunidade negra na cidade (FRIGERIO, 2009. p.39)

As mudanças ocorridas no cenário mundial influenciaram diretamente o redescobrimto da população negra na Argentina, o reconhecimento de suas tradições e principalmente dos próprios sujeitos, modificando as relações estabelecidas entre os cidadãos, desestruturando o sistema de exclusão que tornava o afro-argentino invisível. As narrativas multiculturais ganham corpo e outros protagonismos são inseridos no palco de encenação da história da pátria. O grupo também conseguiu inserir uma pergunta sobre afrodescendência no censo do país – que até então não tinha já que os representantes do país não consideravam necessário porque, segundo o discurso vigente, não existia negros no país.

A discussão ainda é perpassada por tensões e conflitos, alguns ainda insistem em não enxergar as alteridades construídas, os diálogos sobre identificações ainda estão no início. Há divergência nos âmbitos sociais, mas aos pouco o terreno nacional vai sendo transformado, e os discursos vão sendo substituídos.

A relevância do grupo *Africa Vive* é inegável na reconfiguração do imaginário identitário do país. Eles conseguiram colocar os problemas relacionados aos negros em pautas políticas, evidenciar sujeitos outrora considerados “inexistentes”, organizar a própria comunidade afro, fragmentada e carente de identificações positivas e, através da imagem da fundadora do grupo, dar um rosto que demonstra luta e resistência, uma representante do povo massacrado pelo preconceito e exclusão. Ao aparecer na capa de um dos jornais de maior circulação do país, ela torna impossível a permanência da tese fundadora da nação de que no país não existem cidadãos negros. Na Argentina, há indivíduos negros, sim, e uma mirada mais crítica mostra que há muito tempo eles já lutavam por reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Sobre relatos, memórias, esquecimentos e ouvido: permanência e mudanças na cultura Latino-Americana. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. *Los afroargentinos em Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

ARDÃO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas, Venezuela: Centro de Estudios latinoamericanos Rómulo allegos, 1989.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.indec.gov.ar>>. Acesso em: 07 ago 2012.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010 – Análisis de datos/ Resultados definitivos (cuarta publicación)*. Buenos Aires, 2010. Disponível em: < http://www.censo2010.indec.gov.ar/index_doc_metodologicos.asp>. Acesso em: 07 ago 2012.

BALIBAR, Etienne. *Racismo y nacionalismo*. In: Raza, nación y clase. Paris: IEPALA , 1988.

BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2 ed. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



DI MEGLIO, Gabriel. *Viva el bajo Pueblo!: la plebe urbana de Buenos Aires y la política entre la revolución de mayo y el rosismo* – 1 ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

DIJK, Teun Adrianus van. *Racismo e discurso na América Latina*. Tradução Rodrigo Ilari. Brasília, D.F.: Unesco, São Paulo (SP): Contexto, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Aula de 7 de janeiro de 1976*. In: *Em defesa da sociedade: curso no collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRIGERIO, Alejandro; LAMBORGHINI, Eva. *Criando um movimento negro em um país “branco”: ativismo político e cultural afro na Argentina*. *Afro-Asia* n° 39. Bahia: EDUFBA, 2010.

FRIGERIO, Alejandro. *De la “desaparición” de los negros a la “reaparición” de los afrodescendientes: Comprendiendo la política de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en la Argentina*. In: *los estudios afroamericanos y africanos en america latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Gladys Lechini, comp. Buenos Aires: clasco. 2008.

FRIGERIO, Alejandro; LAMBORGHINI, Eva. *Procesos de reafrikanización en la sociedad argentina: umbanda, candombe y militância “afro”*. *Revista Pós Ciências Sociais*. v.8. n.16. jul./dez. 2011. Disponível em: <http://alejandrofrigerio.com.ar/publicaciones/religiones_afro/Frigerio_Lambor_Reafrikanizacion_Argentina_2011.pdf>. Acesso em 01 ago 2012.

FRIGERIO, Alejandro. *Una pregunta que nombra y afirma*. *Revista Quilombo! Arte y Cultura Afro*. n. 64. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaquilombo.com.ar/revistas/64/q64.htm>>. Acesso em: 01 ago 2012.

GELER, Lea. *Andares negros, caminhos brancos: afroporteños, Estado y Nación*. Argentina fines del siglo XIX. - 1 ed. – Rosario: Prohistoria Ediciones; TEIAA (Universidade de Barcelona), 2010.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaine La guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEWIS, Marvin. *El discurso do afroargentino: outra dimensão da diáspora negra*. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 2010.

LÓPEZ, Laura. *O caso dos negros em Buenos Aires (Argentina)*. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/vram2003/a13-llopez.pdf>>. Acesso em: 01 ago 2012.

LUDMER, Josefina. *Aqui América latina: uma especulação*. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MEGLIO, Gabriel Di. *La ciudad y la plebe. In: ¡Viva el bajo pueblo! La plebe urbana de Buenos Aires y la política entre la Revolución de Mayo y el Rosismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

MARONESE, Leticia (comp.). *Buenos Aires Negra: Identidad y cultura*. Buenos Aires: Comisión para la preservación del patrimonio histórico y cultural de la ciudad de Buenos Aires, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PIZARRO, Ana. *América Latina: Palavra, literatura e cultura*, V.3. São Paulo: Memorial, 1993

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2001.

RAMA, Ángel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Tradução Rômulo Monte Alto Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RODRÍGUEZ, Lorena B. *Reflexiones acerca de la memoria y los usos del pasado a partir del análisis de un caso en el Noroeste argentino*. In:

Cuadernos de Antropología Social Nº 20, pp. 151-168, 2004. FFyL - UBA - ISSN: 0327-3776

ROSENZVIT, Miguel. *Fiebre Negra*. Buenos Aires: Planeta, 2008.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. Teresa Seruya (org). Tradução Milton Hatoum. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHÁVELZON, Daniel. *BUENOS AIRES NEGRA: Arqueología histórica de una ciudad silenciada*. Buenos Aires: Eméce, 1999.

SILVA, Tomaz da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOLOMIANSKI, Alejandro. *Identidades secretas: la negritud argentina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2003.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América latina*. Tradução Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SOUZA, Florentina da Silva. *Literatura Afro-brasileira: algumas reflexões*. In: *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*. ano 1. n. 2. Dezembro, 2005.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Florentina da Silva. *Revertendo sentidos e lugares*. Afro-Ásia n.24. Bahia, 2000.

Recebido em: 30/04/2020

Aprovado em: 15/05/2020